

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2020



# Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

## II Concurso Público para provimento de cargos vagos

### Analista Legislativo – Atividade Administrativa

#### Especialidade: Pedagogo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de especialidade.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Distribuição justa**

*A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?*

*A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.*

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes e lisura do processo* constituem
  - (A) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
  - (B) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
  - (C) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
  - (D) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
  - (E) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.

---

2. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
  - (A) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
  - (B) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
  - (C) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
  - (D) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
  - (E) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
  - (B) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
  - (C) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.
  - (D) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
  - (E) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.

---

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
  - (B) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
  - (C) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
  - (D) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
  - (E) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.

---

5. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
  - (A) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
  - (B) Caso não se retenham seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
  - (C) Como eles não requiseram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.
  - (D) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
  - (E) À medida que se recomprem as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm
- (A) salienta a importância que tiveram as metas do século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
  - (B) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
  - (C) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.
  - (D) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
  - (E) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.
- 
7. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:
- (A) deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído (1º parágrafo).
  - (B) alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica (2º parágrafo).
  - (C) ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras” (2º parágrafo).
  - (D) a segunda era são os anos dourados / paz congelada (3º parágrafo).
  - (E) caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política (4º parágrafo).
- 
8. Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.
- A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento
- (A) dá-se o desmoronamento por propiscia-se a ruína.
  - (B) em que caem por terra por em cujo se solapam.
  - (C) desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.
  - (D) sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.
  - (E) limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.
- 
9. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
  - (B) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
  - (C) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.
  - (D) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
  - (E) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) em cuja gravidade – lhes solucionamos – suas consequências
- (B) cuja gravidade – os solucionamos – suas consequências
- (C) da qual gravidade – solucionamo-los – as consequências dos mesmos
- (D) onde a gravidade – lhes solucionamos – as próprias consequências
- (E) a gravidade de cujos – os solucionamos – as consequências em si mesmas

### Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a  $\frac{2}{3}$  da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 270 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 171 dias.

12. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) não é contorcionista nem equilibrista.
- (B) não é malabarista.
- (C) é equilibrista ou não é contorcionista.
- (D) é equilibrista ou contorcionista.
- (E) é malabarista e não é equilibrista.

13. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 2,5%
- (B) 0,5%
- (C) 1%
- (D) 0,1%
- (E) 5%

14. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 25
- (B) 27
- (C) 24
- (D) 26
- (E) 28

### Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

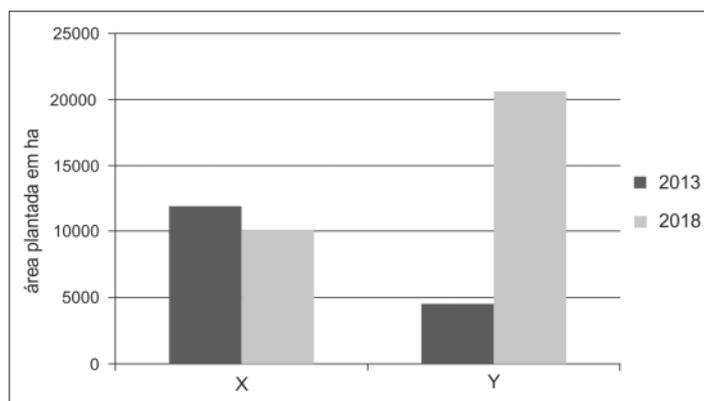
- (A) Calçoene.
- (B) Mazagão.
- (C) Santana.
- (D) Laranjal do Jari.
- (E) Vitória do Jari.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
  - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
  - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.
  - predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
  - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.

17. Considere o gráfico abaixo.

**Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)**



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.
- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.

**Atenção:** As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
  - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
  - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.
  - a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
  - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
19. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
  - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
  - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
  - um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
  - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
20. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
  - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
  - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
  - criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
  - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Atenção:** As questões de números 21 a 25 referem-se a Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública.

21. De acordo com a Constituição do Estado do Amapá, o Tribunal de Contas

- (A) assinalará prazo, quando constatada ilegalidade, para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, não podendo, porém, sustar a execução do ato impugnado, caso não atendido, devendo comunicar o descumprimento ao Ministério Público para as medidas cabíveis.
- (B) é competente para negar a aplicação de lei ou ato normativo considerado inconstitucional que tenha reflexo no erário federal, estadual ou municipal, incumbindo-lhe, no prazo de sessenta dias, justificar a ilegalidade, devendo, ainda, propor à Assembleia Legislativa a arguição de inconstitucionalidade.
- (C) é integrado por sete Conselheiros, nomeados dentre os brasileiros que tenham notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros, tem sede no Estado, não tem autonomia financeira, mas tem quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.
- (D) é integrado por sete Conselheiros escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação do Tribunal de Justiça, que terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) é competente para editar acórdãos, atos, resoluções e pareceres prévios, no âmbito de suas atribuições e competências, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser cumpridos pelas administrações estadual e municipais, sob pena de responsabilidade, bem como para o seu regular funcionamento.

22. Quanto à discricionariedade ou vinculação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Quanto ao ato vinculado, o administrador público goza de certo poder para praticá-lo ou não, havendo possibilidade de opção para sua atuação no caso concreto; com relação ao ato discricionário, o administrador público pode praticá-lo ainda que não previsto em lei.
- (B) Pode o regramento jurídico em vigor dar ao administrador público a possibilidade de opção para sua atuação no caso concreto sob sua análise, observados, porém, certos limites que esse mesmo regramento fornece, caso em que se diz que o ato administrativo é discricionário, não sendo totalmente livre.
- (C) Atos vinculados são aqueles que a administração pratica com certa margem de liberdade de decisão, admitindo a lei a adoção de diversos comportamentos possíveis, a critério do administrador; atos discricionários são aqueles que a administração pratica sem qualquer margem de liberdade de decisão.
- (D) Na defesa do interesse público, que se sobrepõe ao interesse particular, o sistema jurídico nacional sempre confere ao administrador público total liberdade de atuação na prática de atos administrativos, sem o que a Administração Pública jamais poderia alcançar o bem comum.
- (E) Quando à atuação do administrador público na prática de ato administrativo é imposto algum limite, qualquer que seja, diz-se que o ato é vinculado; quando sua atuação não se sujeita senão, apenas, a limites de ordem constitucional ou quando lhe é permitida a prática de ato não previsto em lei, diz-se que o ato é discricionário.

23. Considerando os princípios que regem a Administração Pública, de acordo com o princípio da:

- I. Indisponibilidade do interesse público, os interesses públicos não se encontram à livre disposição do Administrador público.
- II. Supremacia do interesse público, a Administração Pública está sempre acima dos direitos e garantias individuais.
- III. Segurança jurídica, deve ser prestada a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.
- IV. Continuidade do serviço público, o serviço público, atendendo a necessidades essenciais da coletividade, como regra, não deve parar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

24. Se o Poder Judiciário, no exercício do controle judicial, considerar ilegal determinado ato discricionário praticado pelo Poder Executivo,

- (A) poderá anulá-lo, inclusive se o considerar apenas inconveniente ou inoportuno, aferindo seu mérito, desde que mediante provocação de interessado ou legitimado, não podendo nenhuma lesão a direito ser excluída do Poder Judiciário.
- (B) poderá revogá-lo, pois o Poder Judiciário realiza o controle, no exercício da sua atividade jurisdicional, sobre os atos administrativos editados, no exercício de função administrativa, pelo Poder Executivo.
- (C) não poderá revogá-lo, sendo possível, entretanto, que o Poder Judiciário revogue ato administrativo discricionário válido por ele mesmo praticado, em sua função atípica administrativa, atuando como administração.
- (D) não poderá anulá-lo, pois não se admite análise do ato administrativo pelo Poder Judiciário praticado legitimamente pela Administração, pois os poderes são independentes e harmônicos entre si, não podendo haver interferência de um no outro.
- (E) poderá revogá-lo, sendo também possível a revogação de ato administrativo discricionário ilegal pelo Poder Judiciário quando praticado por ele mesmo, em sua função atípica administrativa, atuando como administração.

25. O ato administrativo, à luz da teoria dos motivos determinantes,

- (A) será nulo, se comprovada a não ocorrência da situação exposta, pelo administrador público, na motivação que o fundamentou.
- (B) não se vincula à motivação se esta, conquanto exposta pelo administrador público que o pratica, não era obrigatória.
- (C) vincula-se à motivação exposta na sua fundamentação apenas quando se tratar de ato discricionário.
- (D) tem sua eficácia vinculada à motivação exposta na sua fundamentação apenas quando se tratar de ato vinculado.
- (E) não exige, quando vinculado, motivação por parte da autoridade que o pratica, visto que os motivos que o determinam já constam da norma legal.



26. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 21, dispõe sobre a composição dos níveis escolares, afirmando que a Educação Básica é formada por
- (A) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
  - (B) educação infantil e ensino fundamental.
  - (C) educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.
  - (D) creche, educação infantil e os cinco primeiros anos do ensino fundamental.
  - (E) creche, educação infantil e ensino fundamental.

27. De acordo com a LDBEN, Lei nº 9.394/1996, artigo 58, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito
- (A) exclusivamente por serviços especializados, para garantir o bom desenvolvimento do aluno em condições especiais.
  - (B) pela escola, em local a ser definido pela equipe pedagógica, de modo a evitar constrangimentos para a criança ou jovem que necessite de cuidados especiais.
  - (C) em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
  - (D) em casa, junto à família, garantindo que atividades e avaliações sejam enviadas pela escola e possam ser feitas em domicílio.
  - (E) nas escolas, em classes exclusivamente destinadas a alunos especiais, sempre sob a supervisão de pelo menos dois professores.

28. *O fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Conselho Escolar, pode-se apresentar como uma alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos das comunidades local e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola. Esse processo, certamente, possibilita um aprendizado coletivo, cujo resultado poderia ser o fortalecimento da autonomia escolar.*

(Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>)

Sobre Conselho Escolar é correto afirmar:

- (A) Sua criação e atuação tem se mostrado um dos caminhos para avançar na democratização da gestão escolar.
- (B) Seu fortalecimento permite ao diretor da escola tomar suas próprias decisões, sem consultar outras pessoas ou instâncias administrativas.
- (C) Permite a autonomia da escola, de modo a protegê-la de interferências da comunidade, evitando, por exemplo, a entrada de criminosos.
- (D) Deve ser formado pelo diretor da escola, um coordenador, um representante da comunidade e um representante dos professores.
- (E) Deve cuidar das crianças e jovens que sofrem maus tratos e que têm número excessivo de faltas na escola.

29. *No escopo da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, artigo 14, menciona-se o Projeto Político Pedagógico, que vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.*

(Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br>. Adaptado)

Sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP):

- (A) O diretor é o principal responsável por seu planejamento e elaboração, devendo os professores acatar suas decisões.
- (B) Deve obedecer ao princípio da regionalidade para que escolas próximas organizem projetos semelhantes e coerentes com a população que atende.
- (C) Para seu planejamento e execução, deve se guiar pelas instruções oferecidas pelo Ministério da Educação e coordenadorias locais, fazendo as alterações solicitadas pelo supervisor de ensino.
- (D) Cada escola pode elaborar o seu, de acordo com seus interesses, de seus alunos e da comunidade na qual está inserida.
- (E) É o principal instrumento de controle institucional pelo Ministério da Educação e portanto, toda a escola deve ter seu PPP bem elaborado e fundamentado.

30. *O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência é, de fato, um fenômeno universal e é responsável, em seus casos extremos, pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.*

(Adaptado de: LARAIA, R.B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 72)

A tendência à qual o texto se refere é considerada conceitualmente como:

- (A) materialismo dialético.
- (B) etnocentrismo.
- (C) altruísmo.
- (D) alteridade.
- (E) relativismo cultural.



31. Paula é uma pedagoga que decidiu abrir sua própria escola e, no momento de montar a matriz curricular das disciplinas que seriam oferecidas, teve que considerar a LDBEN, Lei nº 9.394/1996, que estabelece que
- (A) a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica e deve ser obrigatoriamente cursada por todos os alunos.
  - (B) o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular facultativo da educação básica.
  - (C) o ensino de língua estrangeira é obrigatório e deverá ser ofertado desde o início da educação básica, tornando homogênea sua oferta em todos os níveis de ensino.
  - (D) o currículo da educação básica deve ter uma base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
  - (E) cabe à instituição escolar elaborar o currículo, decidir quais componentes são obrigatórios e complementares, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, preservando, assim, sua autonomia e gestão democrática.

32. *O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.*

(Artigo 33 da LDBEN, Lei nº 9.394/1996)

De acordo com esse artigo,

- (A) o ensino religioso, como parte integrante da formação básica do cidadão, é disciplina obrigatória para todos os alunos.
  - (B) para atender à diversidade cultural religiosa do Brasil, a escola pública deve oferecer, fora do horário regular das aulas, o ensino religioso que atenda às diferentes denominações religiosas.
  - (C) o ensino religioso é disciplina obrigatória no currículo das escolas públicas, porém para o aluno é disciplina facultativa.
  - (D) os estabelecimentos públicos de ensino podem optar ou não por oferecer o ensino religioso em seu currículo, caso seu conselho de escola assim o decida.
  - (E) todas as escolas públicas devem atender o preceito legal sobre o ensino religioso cristão, em respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.
33. Uma professora comunica ao diretor que um de seus alunos tem vindo à escola com marcas corporais de castigo físico e que a criança reportou passar por maus tratos. Frente a isso, a escola deve, obrigatoriamente,
- (A) comunicar à delegacia de polícia da localidade, para prisão imediata dos responsáveis.
  - (B) comunicar à diretoria de ensino da localidade, que tomará providências cabíveis, uma vez que é responsável pela supervisão da escola.
  - (C) chamar os pais ou responsáveis pelo aluno, inicialmente, para conversar e procurar resolver o caso sem a necessidade de acionar outros órgãos.
  - (D) comunicar à vara da infância e juventude, que abrirá inquérito para apurar o caso.
  - (E) comunicar ao conselho tutelar da localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
34. Depois de formada no ensino médio, no curso normal, Fernanda foi procurar emprego em uma escola de educação infantil. Para avaliar a possibilidade de contratá-la, a diretora se baseou no artigo 62 da LDBEN e na Lei nº 3.415/2017, que determina, sobre a formação de docentes:
- (A) É feita exclusivamente em nível superior, em curso de licenciatura plena.
  - (B) É feita obrigatoriamente em nível médio, na modalidade normal.
  - (C) Não obriga que se tenha curso superior, para a educação infantil, exigência obrigatória apenas para quem atuar no magistério do ensino fundamental.
  - (D) Deve ser feita obrigatoriamente em nível superior, tanto para atuar na educação infantil quanto para trabalhar no ensino fundamental.
  - (E) É feita em nível superior, admitida como formação mínima à oferecida em nível médio, na modalidade normal.

35. *Segundo Luckesi, a prática da avaliação da aprendizagem, para manifestar-se como tal, deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica e não voltada para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Por si, a avaliação, como dissemos, é inclusiva e, por isso mesmo, democrática e amorosa. Por ela, por onde quer que se passe não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção...*

(Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br>)

De acordo com o texto acima, para que a avaliação da aprendizagem escolar seja inclusiva e democrática, deve

- (A) ser diagnóstica, a fim de orientar o educador a tomar decisões para a continuação da aprendizagem dos alunos.
- (B) se apoiar nos exames, a fim de selecionar os melhores alunos da turma e poder separá-los em grupos de aprendizagem.
- (C) ser classificatória, a fim de definir os aprovados e os reprovados no final do ano.
- (D) ser pontual, de acordo com o calendário escolar.
- (E) se basear em provas e testes para que seja atribuída uma nota ou conceito ao aluno.



36. *A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que se instaura com o ambiente social, ela garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo de sua história. Dessa forma é ela que permitirá a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva. Neste sentido, ela lhe dá origem.*

(Adaptado de: DANTAS, H. "Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon". In: **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão**, 1992, p. 85 e 86)

De acordo com o texto,

- (A) o acesso ao universo simbólico permite ao ser humano desenvolver sua consciência afetiva.
- (B) quanto mais vínculos sociais forem feitos, maior será a capacidade cognitiva do ser humano.
- (C) a primeira manifestação de psiquismo no ser humano é a consciência afetiva.
- (D) a atividade cognitiva da origem à consciência afetiva.
- (E) a vida orgânica garante o acesso ao universo simbólico da cultura.

37. *Em tempos em que a sociedade brasileira encontra-se polarizada, dividida em extremos que pouco escutam e muito falam, o diálogo é fundamental e necessário, e encontra na teoria freireana alicerce fundamental. Diálogo pressupõe a escuta e o respeito ao outro, assim como a necessária compreensão de que não existem dicotomias de saberes quando se dialoga. É bem verdade que o diálogo freireano, ainda que sob forte componente filosófico-humanizador, integra-se fortemente ao campo educacional.*

(RIBEIRO, 2018, **Revista Horizontes**)

Sobre Paulo Freire, é correto afirmar:

- (A) Defendia o método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa, como "Eva viu a uva", para alfabetização.
- (B) Suas ideias não devem ser consideradas pelos professores brasileiros, pois nunca foram postas em prática e, portanto, não podem ser comprovadas.
- (C) Defendia que a educação bancária deveria ser aplicada em todas as escolas como forma de melhorar a educação.
- (D) Criticava a utilização da cartilha para o ensino da leitura e da escrita e, com a utilização de suas ideias, conseguiu alfabetizar 300 cortadores de cana em apenas 45 dias.
- (E) Defendia o fim da escola e a construção de um novo sistema de ensino em que os oprimidos tivessem maior autonomia.

38. O artigo 211, da Constituição Federal de 1998, considera o princípio de descentralização ao dispor sobre a organização dos sistemas de ensino no país. De acordo com o texto constitucional,

- (A) incumbe à federação financiar os estados e municípios nos níveis fundamental e médio.
- (B) os estados e o Distrito Federal atuam prioritariamente sobre os níveis fundamental e médio.
- (C) a educação especial e supletiva é responsabilidade dos municípios.
- (D) as instituições públicas federais se destinam exclusivamente ao ensino superior e à pesquisa.
- (E) o âmbito municipal de ensino tem como principal objetivo a equalização de oportunidades educacionais.

39. *Questionados sobre os motivos pelos quais ainda não se alfabetiza na língua indígena nas escolas das aldeias, os professores alegam que o diretor ou os gestores municipais não apoiam a educação escolar indígena. Outro argumento comum é a pressão dos pais de alunos, que esperam da escola a preparação de seus filhos para um contexto urbano no qual a língua dominante é a língua portuguesa, pensando em posições de trabalho mais rentáveis.*

(Adaptado de: Sousa, N. M.; Souza, T. "Saberes indígenas: vivência e convivência". **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 3, 2017)

De acordo com o texto,

- (A) cabe ao governo federal fiscalizar e normatizar o funcionamento das escolas indígenas.
- (B) cabe aos órgãos e gestores públicos garantir que se coloque em prática a legislação sobre a educação escolar indígena.
- (C) a participação da comunidade é determinante para definir o programa escolar indígena.
- (D) a educação escolar indígena tem o papel de fazer a aculturação das aldeias para o ambiente urbano.
- (E) os gestores municipais advindos de aldeias indígenas colocariam em prática a legislação com mais eficiência.

40. *A Emenda Constitucional nº 14/96 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Do ponto de vista operacional, o Fundef era uma conta no Banco do Brasil, existente em cada Estado e no Distrito Federal.*

(Adaptado de: NUNES, Alynne Nayara Ferreira. Financiamento da educação básica no Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>)

Sobre o critério de distribuição de recursos do Fundef,

- (A) ocorre de acordo com a quantidade de alunos matriculados na rede.
- (B) é aplicado de acordo com a arrecadação dos estados e municípios.
- (C) está limitado a 10% para os municípios e 20% para os estados.
- (D) as escolas têm prazo de 14 anos para receber recursos do Fundef.
- (E) está limitado pelo custo individual por aluno nos municípios.



41. *O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é formado por recursos tributários arrecadados em estados e municípios, com complemento de 10% da União. Criado em 2006 e previsto para se encerrar em 2020, tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tem por objetivo tornar o Fundeb permanente.*

*A percepção, hoje, é de que, mesmo que o Fundeb não seja suficiente para os saltos pretendidos na educação pública brasileira, seu término pode decretar o fechamento de milhares de escolas.*

(Adaptado de: <https://www.fojeemdia.com.br>)

Considerando o que se afirma no texto e o funcionamento do Fundeb no financiamento da educação,

- (A) o encerramento do Fundeb garante maior eficiência para a educação nos estados e municípios.
  - (B) a permanência do Fundeb estará vinculada ao fechamento de milhares de escolas e sua privatização.
  - (C) os valores arrecadados pelos estados e municípios limitam o financiamento da educação nessas instâncias.
  - (D) a arrecadação de tributos varia de acordo com o custo por aluno nos estados e municípios.
  - (E) a vinculação constitucional de recursos se apresenta como um instrumento para a garantia do direito à educação.
- 
42. *As democracias, sendo regimes de igualdade social e povos unificados, isto é, com igualdade de direitos individuais e sistema de governo de sufrágio universal, não podem prescindir de uma sólida educação comum, a ser dada na escola primária, de currículo completo e dia letivo integral, destinada a preparar o cidadão nacional e o trabalhador ainda não qualificado e, além disto, estabelecer a base igualitária de oportunidades, de onde irão partir todos, sem limitações hereditárias ou quaisquer outras, para os múltiplos e diversos tipos de educação semiespecializada e especializada, ulteriores à educação primária.*

(Adaptado de: Anísio Teixeira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 26, n. 64, out.-dez. 1956)

Considerando o teor do texto e o conjunto da atuação de seu autor na esfera das políticas educacionais no Brasil,

- (A) nas democracias as oportunidades de ensino são iguais para todos.
  - (B) se defende uma educação democrática para o trabalho.
  - (C) é feita uma defesa da escola pública universal gratuita.
  - (D) a educação integral não pode prescindir de um regime político de igualdade social.
  - (E) a educação democrática só é compatível com a escola primária.
- 

43. Considere a seguinte situação:

*Um aspecto que nos chama a atenção é a ação da professora em anotar no caderno de Gustavo o poema que o grupo dele estava trabalhando. Ela faz pelo aluno aquilo que ele ainda não consegue fazer. Lembramos aqui do tão difundido conceito de zona de desenvolvimento proximal/imminente elaborado por Vygotsky (2006) que denota a indeterminação do processo e a abertura para novas possibilidades. E o aluno percebe ter o registro como os outros. Nessas condições, produz-se o gesto do aluno em imitar as ações dos colegas e tentar registrar o poema escrito em seu caderno na lousa. Considerando a imitação como uma forma de apropriação, essa situação indica-nos a possibilidade de novas formações que podem emergir no trabalho com o conhecimento. Embora não demonstre o domínio das letras, o modo de Gustavo se envolver na atividade mostra-nos como ele ocupa o lugar de aluno e incita-nos a pensar na criação de vias que ampliem as possibilidades de sua participação no trabalho de leitura e escrita.*

(Adaptado de: DAINEZ, D; SMOLKA, A. L. B. "A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva". **Educação e Pesquisa**, vol. 45. São Paulo, abr. 2019)

A partir dessa situação observada no cotidiano de uma escola,

- (A) o conceito de zona de desenvolvimento proximal/imminente permite inferir que Gustavo deveria estar em uma sala de aula mais apropriada a seu nível de desenvolvimento.
- (B) em condições escolares adequadas, diferentes modos de participação indicam a possibilidade de desenvolvimento cultural do aluno.
- (C) o conhecimento das teorias de Lev Vygotsky permite que o aluno se envolva nas atividades e imite seus colegas na elaboração de um poema.
- (D) o domínio das habilidades de leitura e escrita determina as possibilidades de participação do aluno nas atividades com seus pares.
- (E) a frase *Ela faz pelo aluno o que ele ainda não consegue fazer* sintetiza a desconfiança da professora sobre a capacidade do aluno.



44. *A invisibilidade é terreno fértil para o racismo e o preconceito, cujo ocultamento nas diversas práticas de ensino naturaliza o silenciamento e a negação do conflito que existe na dominação da ideologia imperante que não é quilombola, é branca e europeia. Essas atitudes discriminatórias impregnadas na formação do professor resultaram, ao longo dos anos, em prejuízo à população negra no que se refere ao baixo nível de escolaridade, à exclusão do mercado de trabalho, entre outros fatores que ainda permanecem na sociedade brasileira.*

(Adaptado de: SILVA, Petronilha B. G. "Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil". **Revista Educação**, Porto Alegre/RS, ano xxx, n. 3 (63), p. 489-506, set.-dez. 2007)

Considerando os conceitos expressos no texto, é correto afirmar que:

- (A) a ideologia branca e europeia redundava em prejuízo para a população quilombola por meio da exclusão de um sistema educacional.
- (B) o racismo estrutural impede a implementação das diretrizes para a educação quilombola no país.
- (C) o silenciamento e a negação do conflito retratam a complexa relação entre comunidades remanescentes de quilombo e ambiente urbano.
- (D) a adequada formação inicial e continuada de professores é fator-chave para a implementação da educação nas comunidades remanescentes de quilombos.
- (E) o baixo nível de escolaridade e a exclusão do mercado de trabalho produzem atitudes discriminatórias por parte do professor.
- 
45. *Considerando que o público das classes de EJA é de pessoas entre 20 e 75 anos de idade, fica evidente que o termo "folhinha" usado pela professora deve causar estranhamento ao grupo. Além disso, o uso do diminutivo lembra permanentemente ao aluno da EJA que o lugar que ele ocupa naquela classe configura uma distorção. A organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos de abordagem seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular, e a linguagem utilizada pelo professorado infantiliza pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção.*

(Adaptado de: OLIVEIRA, I. B. "Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA". **Educar**, n. 289, pp. 83-100. Curitiba, 2007)

De acordo com a situação problematizada no texto,

- (A) os alunos deveriam expor sua experiência de vida para as crianças do ensino regular.
- (B) o uso de uma linguagem infantil denota o desconhecimento do docente a respeito da seleção e organização de saberes para o seu público.
- (C) a centralidade dos conteúdos acadêmicos no currículo de EJA é motivada pela otimização do tempo: não ensinar o que os alunos já sabem.
- (D) a *distorção* (linha 3) mencionada no texto se refere à dinâmica do currículo, ao não se adaptar aos saberes do aluno adulto.
- (E) a seleção dos saberes que devem compor um currículo precisa levar em consideração os indivíduos reais que são os sujeitos da aprendizagem.
- 
46. *Basicamente, estamos sempre educando para um mundo que ou já está fora dos eixos ou para aí caminha, pois é essa a situação humana básica, em que o mundo é criado por mãos mortais e serve de lar aos mortais durante tempo limitado. O mundo, visto que feito por mortais, se desgasta e, dado que seus habitantes mudam continuamente, corre o risco de tornar-se mortal como eles.*

(Adaptado de: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**, 2003, p. 243)

A partir dos fundamentos filosóficos expressos no trecho,

- (A) é tarefa da educação transmitir os conhecimentos pelos quais a humanidade tem apreço, a fim de preservá-los ao longo das gerações.
- (B) a educação deve se transformar para se adequar, a cada geração, aos conhecimentos considerados relevantes pelas novas pessoas.
- (C) num mundo mortal, habitado por pessoas que mudam constantemente, a educação se torna limitada e se desgasta.
- (D) educar é tornar-se mortal, adequando-se a um mundo que em essência é mortal.
- (E) entre o passado e o futuro reside uma esperança de que as novas gerações construam um mundo imortal.
- 
47. *O objeto da Didática diz respeito ao processo de compreensão, problematização e proposição acerca do ensino, sendo este entendido como o processo de fazer aprender alguma coisa a alguém, marcado pela mediação e pela dupla transitividade. Dessa forma, o processo de ensinar incorpora em si mesmo o processo de aprender, constituindo-se como um único processo com movimentos distintos (ensinagem e aprendizagem), porém indissociáveis. Trata-se de favorecer ao professor em formação e em atuação condições de propor formas de mediação da prática pedagógica, fundamentadas por concepções que permitam situar a função social de tais mediações. Não se trata, pois, de enfatizar o como fazer, porém o como fazer (mediação) em articulação ao por que fazer (intencionalidade pedagógica), condição intrínseca da Didática fundamental.*

(Adaptado de: CRUZ, G. B.; André, M. E. D. A. "Ensino de didática: um estudo sobre concepções e práticas de professores formadores". **Educação em Revista**, vol. 30, n. 4, out.-dez. 2014.)

Na situação exposta pelo texto,

- (A) dupla transitividade corresponde à definição didática de que o professor ensina e o aluno aprende.
- (B) *concepções que permitam situar a função social de tais mediações* (linhas 5 e 6) é equivalente à intencionalidade pedagógica implicada na didática.
- (C) *propor formas de mediação da prática pedagógica* (linha 5) significa que o professor mediador é aquele que propõe formas de mediação de conflitos no ambiente pedagógico.
- (D) como fazer e por que fazer constituem dois movimentos dissociados na aprendizagem de um conteúdo.
- (E) o professor em formação deve aprender técnicas de mediação eficientes em qualquer situação de aprendizagem.



48. Os professores indígenas não possuem mais tempo para aprender as coisas de sua cultura, pois, como professores oficiais de sua tribo, de seu grupo, precisam usar todo o tempo para aprender e dar conta dos conteúdos que seus superiores esperam que eles desenvolvam em sala de aula. Trata-se de conteúdos que lhes chegam pela escrita em cartilhas, textos, livros, documentos. Deixam, assim, de ter a possibilidade de ser professores interculturais, para atuar no campo das diferenças entre o mundo indígena e a sociedade inclusiva. Não basta ensinar na língua indígena; é preciso participar, partilhar, trocar e, com isso, manter a aprendizagem no interior da própria cultura para, como experiência, fazê-la dialogar com tudo isso que vem como exigência e obrigatoriedade por parte da escola como instituição.

(Adaptado de: GUSMÃO, N. M. M. "Antropologia, diversidade e educação: um campo de possibilidades". *Revista Ponto e vírgula*, n. 10, pp. 32-45, 2011)

Com base no conteúdo do texto,

- (A) a educação regular resulta em maior sobrecarga de trabalho para os professores do que a educação intercultural.
- (B) a cultura letrada formal se impõe como um recurso nefasto para as comunidades indígenas, que deixam de cultivar suas próprias práticas.
- (C) a língua indígena é um forte elemento cultural, mas apenas ela não garante a manutenção da cultura própria, frente à cultura letrada formal da escola.
- (D) os conteúdos das cartilhas, dos livros, textos e documentos impedem que o professor atue de forma intercultural.
- (E) os conteúdos simbólicos e as práticas culturais da comunidade constituem uma dificuldade para a adaptação dos professores.

49. O tema da qualidade na educação como uma das diretrizes do PNE 2014-2024 e seus desmembramentos como forma de atenção às especificidades inerentes às etapas, níveis, modalidades, processos, a exemplo da avaliação em larga escala, da gestão democrática da educação, do financiamento da educação, da formação e valorização docente, entre outros, pode ser compreendido como a alavanca principal para o alcance das metas e a fortificação das estratégias. [...] Cabe lembrar que a qualidade da educação é um princípio constitucional do ensino público, legalmente registrado na Constituição Federal Brasileira de 1988, esta, produto dos confrontos e acordos, portanto também resultante de uma construção humana. Assim, a qualidade é integrante de um sistema de valores de uma determinada sociedade, por isso suscetível a um projeto de sociedade que não o projeto que se quer e que se almeja.

(Adaptado de: ARANDA, M. A. de M.; Lima, F. R. "O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente diferenciada". *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 3, n. 2, ago.-dez. 2014)

De acordo com o texto, a qualidade da educação:

- (A) tem uma dimensão programática, nos documentos oficiais, e uma dimensão concreta, nas avaliações em larga escala.
- (B) é um valor absoluto, que independe do sistema de valores de uma sociedade.
- (C) se afirma como um programa com metas, sistema de financiamento e mecanismos de aferição.
- (D) determina os confrontos e acordos estabelecidos na sociedade brasileira com a Constituição de 1988.
- (E) no Brasil aumenta proporcionalmente ao acesso da população às escolas.

50. O analfabetismo não decorre apenas da ineficiência do ensino ou de sua inadequação, mas de desequilíbrios estruturais, históricos e complexos, da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a resposta educativa para o contingente de analfabetos não se resume à alfabetização, pelo fato de esta não dar conta das necessidades de leitura e escrita na sociedade em que vivemos. Não significa só compensação de perdas ou preenchimento de lacunas. [...] Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos se define como processo permanente de organização de grupos para a discussão dos mais diferentes assuntos e situações, para a busca e escolha de caminhos e tomada de decisões. É indispensável pensar um processo contínuo que vá da alfabetização ao final da educação básica, dotando a população trabalhadora e o lamentável contingente de desempregados de instrumentos indispensáveis para o exercício da cidadania e para a ampliação da capacidade de perceber o mundo e nele influir.

(Plano Nacional de Educação, 1997, p. 62)

Com base no que dispõe o Plano Nacional de Educação,

- (A) a Educação de Jovens e Adultos é composta por alfabetização e ensino fundamental, incluindo grupos de discussão para o exercício da cidadania.
- (B) o processo de alfabetização só pode ser considerado concluído quando o educando chega à idade adulta.
- (C) a Educação de Jovens e Adultos e o supletivo visam a garantir uma alfabetização universal da população.
- (D) as necessidades de leitura e escrita são definidas por aquilo que a educação básica é capaz de oferecer para os adultos.
- (E) a Educação de Jovens e Adultos se propõe como recurso educacional para apoiar a atuação dos indivíduos na sociedade.